

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO – PUC -SP
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM LÍNGUA PORTUGUESA

**D. PEDRO I E AS CARTAS DE AMOR SOB UMA PERSPECTIVA
DA HISTORIOGRAFIA LINGUÍSTICA**

SÃO PAULO
2015

D. PEDRO I E AS CARTAS DE AMOR SOB UMA PERSPECTIVA DA HISTORIOGRAFIA LINGUÍSTICA

ANDRESSA PEREIRA DA SILVA

Monografia apresentada à Coordenadoria Geral de Especialização, Aperfeiçoamento e Extensão da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (COGEAE – PUC- SP), como parte dos requisitos para a obtenção do título de Especialista em Língua Portuguesa sob a orientação da prof. Dr. Neusa Maria Oliveira Barbosa Bastos.

**SÃO PAULO
2015**

Todas as Cartas de Amor são Ridículas

Todas as cartas de amor são
Ridículas.
Não seriam cartas de amor se não fossem
Ridículas.

Também escrevi em meu tempo cartas de amor,
Como as outras,
Ridículas.

As cartas de amor, se há amor,
Têm de ser
Ridículas.

Mas, afinal,
Só as criaturas que nunca escreveram
Cartas de amor
É que são
Ridículas.

Quem me dera no tempo em que escrevia
Sem dar por isso
Cartas de amor
Ridículas.

A verdade é que hoje
As minhas memórias
Dessas cartas de amor
É que são
Ridículas.

(Todas as palavras esdrúxulas,
Como os sentimentos esdrúxulos,
São naturalmente
Ridículas.)

Álvaro de Campos, in "Poemas"
Heterónimo de Fernando Pessoa

SILVA, Andressa Pereira. **D. Pedro I e as cartas de amor sob uma perspectiva da Historiografia Linguística**. São Paulo, 2015, 42 p. Monografia (Pós- Graduação Especialização *Lato Sensu* em Língua Portuguesa) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

RESUMO

Esta monografia situa-se na área de Língua Portuguesa e tem como tema as marcas do português em uso no início do século XIX, pela análise das cartas de D. Pedro I à amante Domitila de Castro, seguindo as orientações teórico-metodológicas propostas por Koerner (1995, 1996) para a Historiografia Linguística. Para descrever o gênero textual carta, apoiamos-nos em Bazerman e Marcuschi que caracterizam os gêneros como construtos linguísticos historicamente criados por grupos sociais, que envolve a rede de falantes de uma determinada língua. Como *corpus* da pesquisa, selecionamos três cartas escritas entre 1823 e 1827 publicadas na obra de Paulo Rezzutti, que as encontrou, recentemente, em um museu norte-americano. Ao realizarmos um estudo historiográfico – linguístico, resgatamos os principais fatos históricos que influenciaram no clima de opinião da época e analisamos as cartas de acordo com o gramático do período e por fim, comparamos algumas regras ortográficas do século XIX com as atuais. Deste modo, a presente pesquisa constatou que as cartas do Brasil Império apresentam marcas linguísticas do período vivente.

Palavras chave: Língua Portuguesa, Historiografia Linguística, século XIX, Cartas de D. Pedro I

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	5
CAPÍTULO 1 – PRINCÍPIOS E PROCEDIMENTOS DA HISTORIOGRAFIA LINGUÍSTICA	
1.1 Conceito.....	9
1.2 O papel do historiógrafo.....	9
1.3 Princípios e Procedimentos.....	10
CAPÍTULO 2 – CONSIDERAÇÕES ACERCA DE CARTAS DE AMOR	
2.1 O gênero carta	12
2.2 O perfil dos amantes no século XIX.....	14
2.3 Apresentação das cartas.....	17
CAPÍTULO 3 – ANÁLISE DAS CARTAS SELECIONADAS	
3.1 O contexto histórico do século XIX	22
3.2 Concepções sobre ortografia	25
3.2.1 Grammatica Philosophica de Soares Barbosa	26
3.2.2 Análise da Orthographia ou Boa Escriptura da Lingua Portugueza..	28
3.3 Análise comparativa da ortografia do século XIX e nos dias atuais.....	30
CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	35
ANEXOS	
Meu bem.....	37
Transcrição.....	38
Meu amor,minha Titília.....	39
Transcrição.....	40
Meu amor.....	41
Transcrição.....	42

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo verificar as marcas do português em uso no Primeiro Reinado no Brasil Império, pela análise das cartas de D. Pedro I à sua amante Domitila de Castro, a Marquesa de Santos, a partir dos fundamentos da Historiografia Linguística. Para isso, abordamos os aspectos dessa disciplina, cuja ocupação é a análise de textos documentais.

O que motivou esta análise foi investigar as cartas como documento histórico e como estas podem colaborar com os estudos historiográficos, fazendo um paralelo com as marcas linguísticas do português utilizado naquela época, sob a influência do contexto sócio-histórico-cultural. As cartas cumprem o papel social de estabelecer um determinado canal de comunicação entre dois falantes num momento histórico definido.

Há inúmeras possibilidades de comunicação entre os homens por meio da palavra. Apesar da extrema sofisticação existente nos tempos atuais que permite que fatores como o espaço e o tempo não sejam mais empecilhos à pronta recepção de mensagens, o homem ainda revela preferência, em determinadas situações, pela comunicação por escrito.

A carta, em outras épocas, portava a notícia que era esperada, desejada ou temida. O remetente e o destinatário ficavam à espera de uma mensagem que percorreria alguns poucos quilômetros ou uma distância imensa. Dessa forma, determinava-se um intenso e apurado diálogo em que a troca de turnos permitia aos locutores uma análise do conteúdo, e tempo para elaborar a resposta.

As epístolas analisadas são de caráter particular e de foro íntimo, porém retratam um romance desvelado, exposto à sociedade da época.

As cartas foram trocadas entre 1823 e 1827, posteriormente à Proclamação da Independência, que marcou o início da emancipação política do Brasil e de novas reflexões sobre a Língua Nacional. Nesse período, ocorreram avanços linguísticos, porém poucos estudos gramaticais.

Tais documentos trazem informações que revelam o primeiro imperador do Brasil despojado de seus títulos, uma vez que assina suas missivas com tamanha

informalidade. Estas, porém, nos mostram a riqueza dos costumes do Brasil durante o Primeiro Reinado.

O caráter particular da correspondência faz dela algo secreto, proibido, precioso, como no caso de D. Pedro e Domitila. Afinal, como escreveu Fernando Pessoa: “Todas as cartas de amor são/ Ridículas./Não seriam cartas de amor se não fossem, ridículas.”

Os documentos analisados, neste trabalho, foram publicados na obra *Titília e o Demonão: Cartas inéditas de D. Pedro I à Marquesa de Santos* (2011), escrita pelo estudioso de história Paulo Rezzutti. Anteriormente, outra obra sobre as missivas foi publicada por Alberto Rangel, em 1916, intitulada *D. Pedro I e a Marquesa de Santos: À vista de cartas íntimas e de outros documentos públicos e particulares*.

Como objetivos específicos, traçamos os seguintes:

- 1) Observar o contexto sócio-histórico-cultural da época e como isso influencia os envolvidos;
- 2) Identificar as marcas do português em uso nas cartas de D. Pedro;
- 3) Analisar essas manifestações de caráter sócio-histórico-cultural nas marcas;
- 4) Reconhecer se há especificidades no uso do português nos textos.

Seguindo as orientações teórico-metodológicas propostas por Koerner (1996) para a Historiografia Linguística (doravante HL), as marcas linguísticas constitutivas das cartas serão analisadas, a fim de contribuir para o enriquecimento dos estudos historiográficos.

A HL, de acordo com Nascimento (2005), tem por finalidade lidar com “[...] questões de periodização, de contextualização e com temas relativos à prática linguística efetiva, com o intuito de identificar diferentes fases de desenvolvimento da língua ou de períodos mais longos.” Desta forma, essa disciplina científica evidencia a língua como produto mutável que sofre influências do contexto da época e de fatores sócio-histórico-culturais.

Koerner (1996) apresenta os princípios da Historiografia: a contextualização, a imanência e a adequação teórica.

O primeiro princípio é o da observação do contexto histórico-cultural, socioeconômico e linguístico da época analisada.

Em relação ao princípio da imanência trata-se da interpretação e análise da língua e sua estrutura interna, de acordo com o quadro linguístico da época.

Finalmente, o princípio da adequação teórica busca a aproximação ou distanciamento temporal a partir das aproximações terminológicas da língua.

Como citado anteriormente, as cartas analisadas foram publicadas em obras escritas por Alberto Rangel(1916) e Paulo Rezzutti (1916), em períodos distintos, com uma diferença temporal de mais de 90 anos.

A fonte de análise histórica de Rangel (1916) são os laços amorosos que mantiveram o Imperador e a Marquesa de Santos trocando declarações de amor durante o Primeiro Reinado do Brasil Império. O autor vê as cartas dos amantes como “uma literatura de pouca culminância e toda de ocasião”, pois só “vale e representa para os que as escreveram ou receberam”, porém reconhece o valor histórico que as acompanha.

O livro formado por 15 capítulos, narrado em 3ª pessoa, num tempo linear, concatena fatos históricos com nuances da vida pessoal de D. Pedro I e de Domitila de Castro. Possui um estilo de crônica histórica e biográfica, explora os momentos de encontro entre os dois e atenua os termos usados por D. Pedro para agradar a amada.

Em forma de nótulas¹, ¹Rangel analisa em cada carta termos específicos utilizados pelo Imperador e a maneira como as assinava.

Rezzutti (2011) é membro titular do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, além de pesquisador independente e estudioso da história de São Paulo, escreveu uma biografia sobre a Marquesa de Santos. Recentemente encontrou 94 cartas inéditas em um Museu nos EUA e, assim como Rangel (1916), transcreve as

¹ Nótula: s.f. Pequena nota; anotação curta; comentário; texto em jeito de comentário (Do lat. notúla-, «id.»)

missivas diretamente das originais e comenta as cartas, paralelo a um estudo do contexto histórico desse período.

A pesquisa a ser realizada neste trabalho preocupa-se em destacar a importância das cartas no contexto Brasil Imperial e sua relevância como documento linguístico historiográfico na atualidade.

Enquanto procedimentos metodológicos, selecionadas as cartas, elas serão analisadas para fazermos o levantamento de ocorrências linguísticas do português no período imperial para investigar a sua ocorrência. Para tanto, há a análise do contexto histórico-cultural, socioeconômico e linguístico da época devido à fundamentação teórica ter como base a Historiografia Linguística.

A nossa pesquisa está organizada da seguinte forma:

Primeiramente, no capítulo 1, buscaremos apontar o conceito e os princípios da HL estabelecidos por Koerner (1996); abordaremos sobre o imprescindível papel do historiógrafo, que requer habilidades essenciais: a observação, a sensibilidade e a percepção para discernir o processo de mudança na corrente histórica.

No segundo capítulo, trataremos sobre o gênero textual carta, levantamos o perfil dos amantes e abordamos, ainda, as missivas enviadas por D. Pedro I à Domitila de Castro.

No terceiro capítulo, analisamos as cartas de D. Pedro I pelos princípios da contextualização e imanência. Na contextualização, tratamos do contexto histórico do início do século XIX e versamos sobre as questões gramaticais da época.

Seguem-se a conclusão, as referências bibliográficas e os anexos.

CAPÍTULO I – PRINCÍPIOS E PROCEDIMENTOS DA HISTORIOGRAFIA LINGUÍSTICA

1.1 Conceito

Historiografia Linguística, segundo Koerner (1996, p.45), é um “modo de escrever a história do estudo da linguagem baseado em princípios”, ou seja, não é apenas o registro da história da pesquisa linguística. Seus principais objetivos, são descrever e explicar como se produziu e desenvolveu o conhecimento linguístico em um determinado contexto sociocultural, através do tempo e, também, com a noção de clima de opinião – *climate of opinion*, expressão referente à atmosfera intelectual (KOERNER, 1995). A Historiografia Linguística não faz apenas uma análise descritiva do saber linguístico, mas também uma análise explicativa deste.

A HL tem como fundamental a questão da perspectiva histórica de abordagem da língua. Constitui-se pela multidisciplinaridade e se envolve com o desenvolvimento do saber linguístico no tempo. A disciplina entende a língua como produto histórico social, devido ao fato do homem utilizá-la para interagir socialmente. Além disso, o homem é um ser linguístico que se utiliza da língua para materializar suas ideias, antes de cumprir o papel do ser social.

A historiografia linguística é o estudo interdisciplinar do curso evolutivo do conhecimento linguístico; ela engloba a descrição e a explicação, em termos de fatores intradisciplinares e extradisciplinares (cujo impacto pode ser “positivo”, i. e., estimulante, ou “negativo”, i. e. inibidores ou desestimulantes), de como o conhecimento linguístico, ou mais genericamente, o *know-how* linguístico foi obtido e implementado. (SWIGGERS, 2010)

1.2 O papel do historiógrafo

Considerando-se as definições dadas sobre o trabalho historiográfico na Linguística, é importante destacar o trabalho do historiógrafo diante desta disciplina.

Retomamos Koerner (1995) para traçar o perfil do pesquisador: O historiográfico precisa ser dotado de uma dupla habilidade, a linguística e a histórica, ao lado do conhecimento da filosofia e história das ciências. Porém, é preciso também que o historiógrafo esteja apto a observar e a perceber o processo de mudança através dos tempos e quando algo novo ocorreu na corrente histórica.

Bastos (2004) comenta sobre a prática que o historiógrafo requer:

...requer, ainda, capacidade de síntese para poder retirar os fatos empíricos coligidos a partir de fontes primárias o que for essencial, trazendo essas descobertas empíricas para a perspectiva correta para interpretá-las e oferecer uma explicação adequada aos fatos.
(BASTOS, 2004, p.76)

1.3 Princípios e procedimentos

O tratamento do material da análise pode ser definido pela execução dos três princípios, tradicionalmente indicados para a análise historiográfica a partir de concepções desenvolvidas por Konrad Koerner (1995):

Princípio da Contextualização – este princípio tem como objetivo reconstituir o clima de opinião (o conceito social e histórico) e a atmosfera intelectual à época do surgimento do documento a ser analisado. Isso significa que o documento a ser examinado deve ser constituído sempre a partir do seu contexto histórico – cultural, das concepções linguísticas, socioeconômicas e políticas em circulação na época de sua produção.

O período e as condições em que o documento foi escrito, mais o autor, o tipo de organização, a capa, a tiragem, prefácio, introdução, sumário, todos esses elementos servem de referência para dar sentido ao documento.

Enfim, conforme Koerner (1995) , o que existe é uma ideia entre as ideias linguísticas e as outras correntes intelectuais de seu tempo.

Princípio da Imanência – visa o entendimento completo tanto histórico quanto crítico, possivelmente filológico para o objeto de análise.

O princípio da imanência ditará a diretriz da investigação do objeto analisado e produzirá um efeito restaurador do passado e possibilita a compreensão do documento e, somado ao princípio da contextualização, constitui-se como uma orientação segura para o processo de interpretação.

Princípio da Adequação Teórica – este princípio refere-se às necessárias adaptações a serem executadas ao documento a ser estudado, colocando, de forma explícita, aproximações modernas do vocabulário técnico e um quadro conceitual de trabalho que lhe possibilite uma melhor apreciação de um determinado conceito. Trata-se, pois, de uma atividade de interpretação do passado. Assim, numa espécie de hermenêutica, fatos do passado serão realçados e apresentados, na atualidade, de forma que se tornem socialmente úteis e necessários ao homem.

Ainda, de acordo com BASTOS (2002, p.78)

Considerando os princípios acima arrolados como fios condutores do trabalho historiográfico, resta-nos afirmar que o historiógrafo deve detectar, analisar e explicar as mudanças que houve, durante o percurso a ser investigado, sem que se deixe envolver pela novidade, pela originalidade e pela criatividade, usualmente feitas pelas gerações posteriores que lhe são imediatamente subsequentes.

O princípio da adequação teórica não será utilizado. Os aspectos ortográficos, do início do século XIX que aparecem nas cartas, serão atualizados de acordo com as regras ortográficas vigentes na atualidade, traçando um paralelo sobre como escrever bem.

CAPÍTULO II - CONSIDERAÇÕES ACERCA DE CARTAS DE AMOR

Uma carta é uma alma, e tão fiel é sua semelhança com a voz amada falando, que as almas frágeis a colocam entre os tesouros mais preciosos do amor.

(citado em Cartas Inspirativas de Ben Alex, SP: Mundo Cristão, 1998)

2.1 O gênero textual carta

Segundo Marcuschi (2005), gêneros são instrumentos dinâmicos que surgem de acordo com a necessidade humana, acompanhando as inovações tecnológicas e atividades socioculturais. Os gêneros textuais são de natureza histórica, integrados à vida social e cultural.

As pessoas comunicam-se constantemente, pois fazem parte de um sistema organizado e se utilizam de uma língua para fazê-lo. A carta cumpre, em uma sociedade de falantes, o papel de facilitadora da comunicação entre dois indivíduos portadores do mesmo sistema linguístico.

(...) as cartas desempenharam um papel no surgimento dos gêneros distintos: o primeiro artigo científico emergindo da correspondência de Henry Oldenburg (...); a patente, originalmente conhecida como carta de patente; o relatório dos acionistas evoluindo das cartas aos acionistas; e as formas de registro regularizando correspondências internas das empresas.”

(BAZERMAN, 2006, p.83)

São características da carta esta flexibilidade e a amplitude em relação ao surgimento de novos gêneros que se estabelecem, após o uso desta possibilitar e nortear novos caminhos e favorecer outras estruturas linguísticas.

Segundo Marcuschi (2005), a estrutura pré-fixada da carta (a datação, saudação inicial, corpo do texto e saudação final) e suas propriedades particulares fazem com que seja reconhecido em qualquer língua histórica como um gênero textual.

Apesar de as cartas apresentarem uma estrutura relativamente fixa (saudações, assinaturas e conteúdos repetitivos) trata-se de um gênero que permite identificar o

nível de relação estabelecida entre remetente e destinatário naquele contexto comunicativo e o grau de intimidade entre eles. (BAZERMAN, 2006)

Nessa perspectiva, é um tipo de documento que pode se tornar fonte de estudos sincrônicos por possibilitar a identificação e origem do remetente, do local e época em que foi produzido, além de outras informações relevantes extraídas do próprio texto.

O uso do Vocativo e Apóstrofe são aspectos que retomam e marcam o gênero carta, na relação emissor/destinatário. Consideramos aspectos formais, pelo fato de apresentarmos uma série de Vocativos e Apóstrofes, isto se explica porque esses elementos estão sempre em lugares estratégicos nas cartas.

Bazerman (2006) defende a longevidade deste gênero, quando relata que na Grécia a carta era adotada em determinadas circunstâncias de comunicação. No antigo Oriente Próximo e na Grécia os primeiros comandos escritos foram feitos em forma de carta. Comandos redigidos ao lado de outros assuntos de Estado de cunho militar, administrativo ou político. As cartas, então, davam a identificação de autor e audiência e, em tempos anteriores, eram entregues por um mensageiro da autoridade.

O autor conclui que os procedimentos de entrega dessas primeiras missivas representavam, visivelmente, as relações sociais realizadas à distância por meio da carta. Houve uma evolução das cartas no que se refere ao uso: propagam-se do uso militar restrito e oficial, ao uso particular e pessoal.

As cartas também tiveram seu início como diversão. Bazerman (2006) nos revela que as cartas ficcionais serviram como entretenimento adulto e diversão nas escolas; o conteúdo destas abrangia de romances orais aos eróticos. Além disso, alguns tipos de carta foram tratados como documento erudito, com temas técnicos ou profissionais incluindo filosofia e retórica.

Como podemos observar, a carta exerceu papel essencial para a criação de diversos gêneros escritos textuais. Ela revela o grau de relação entre seu escritor e seu leitor, a partir de características próprias como o conteúdo, a saudação e as assinaturas. Desta forma, as cartas foram reconhecidas no seu percurso sócio-comunicativo.

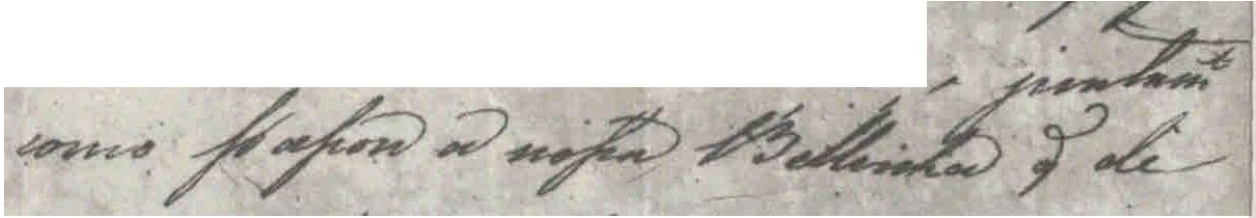
Até para os discursos e práticas religiosas, as cartas representaram papel crucial para a formação do universo discursivo, tendo em vista que muitos livros do Novo Testamento, exceto os evangelhos, encontram-se sob a forma de cartas. Bazerman (2006) cita ainda, que as primeiras cartas da igreja constituíram um veículo importante para manter a comunhão em lugares distantes. À medida que a Igreja se expandiu, unindo muitos povos, as cartas se tornaram importantes para manter os laços da comunidade e a burocracia.

2.2 O perfil dos amantes

Segundo alguns registros históricos, a ligação amorosa entre D. Pedro I e Domitila de Castro começou em 1822, um pouco antes de ser declarada a Independência do Brasil e durou até 1829, quando a Marquesa de Santos foi banida da corte. Morando no Rio de Janeiro, mas frequentando muito São Paulo, quando visitava a Marquesa, D. Pedro possuía mensageiros encarregados exclusivamente da troca das cartas com Domitila.

Sedutor obstinado, o imperador teve sete filhos com a primeira mulher, dona Leopoldina, um com a segunda esposa, cinco com a Marquesa (dos quais apenas duas filhas chegaram à idade adulta) e mais cinco com outras mulheres – incluindo a irmã da Marquesa de Santos e uma monja portuguesa.

D. Pedro I possuía má fama nas cortes europeias, inclusive antes mesmo de seu primeiro casamento real e o caso extraconjugal contribuiu ainda mais para denegrir a imagem do herdeiro português, conhecido pela vida libertina na corte do Rio de Janeiro e por não possuir uma boa educação. Entretanto, nas missivas enviadas à Marquesa de Santos, podemos perceber por trás do marido infiel, um pai atencioso e preocupado com os filhos de sua família oficial e gerados nos casos extraconjugais. Esse lado paternal fica evidente em uma das cartas escritas em 1825, quando D. Pedro mostra-se preocupado com a saúde de uma das filhas: “...juntamente como passou a nossa Bellinha q de...”



Domitila de Castro Canto e Melo nasceu em São Paulo, dia 27 de dezembro de 1797. Casou-se aos 16 anos com o alferes mineiro Felício Pinto Coelho de Mendonça, mas divorciou-se após ser agredida pelo marido.

Rangel (1916) diz que a beleza varia de acordo com o tempo e os lugares e compara a beleza da Marquesa às italianas, nas linhas nobres e fortes.

D. Domitila era incontestavelmente d'essas formosuras de conjunto, onde mesmo as minueias irregulares antes se plasmam do que se desfazem nos planos da figura, concorrendo a fazer sobressahir o traço geral do cunho, em efeitos totaes de seducção empolgantes e distintos dos espalhados pela banalidade fastidiosa e insignificância paradoxal de typos muito mais perfeitos.
(RANGEL, 1916, p. 7)

Titília, como era chamada pelo Imperador em seus momentos de intimidade, era tida como adúltera, interesseira e aventureira. Domitila de Castro colecionou terras, joias e títulos nobiliárquicos para si e seus parentes, mas também foi capaz de muitos atos nobres, ainda que muitos não tenham sido levados ao conhecimento do público. Apesar de não pertencer a uma família aristocrata, soube conciliar as representações construídas em meio ao ambiente da corte e ao imaginário gerado durante o romance com o Imperador, para tomar determinadas posturas e condutas dentro desta sociedade.

A paulista foi reconhecida socialmente como a amante oficial desde a sua chegada à corte, o que lhe permitiu o acesso àquele ambiente e, de maneira astuciosa, conseguiu manter um romance sólido com Pedro, que possuía diversas amantes. Nos anos em que trocou palavras e fluídos com Domitila, ele também se relacionou com outras mulheres e, por isso, o monarca valia-se das correspondências para dar explicações sobre tamanha atividade sexual.

Rezzutti (2011) sugere que a concepção histórica sobre a comentada amante possui uma razão histórica para existir. Anos após o rompimento dos amantes, o caso entre os dois ainda servia de combustível para os inimigos da Monarquia:

"A imagem de D. Pedro em particular, e da família imperial em geral, foi bastante deturpada pelos positivistas. A proclamação da República, por exemplo, não foi nada mais do que uma quartelada militar desorganizada que possibilitou a mudança do regime. Na Rússia assassinaram o czar para mostrar que não havia possibilidade de volta ao império. Por aqui, demonizaram a monarquia na tentativa desesperada de justificar o novo regime." (REZZUTTI, 2011)

O romance apresenta fases de envolvimento que podem ser percebidas pela forma como D. Pedro chama sua amante e assina as cartas. Inicialmente, a relação entre os amantes foi intensa e, segundo Rezzutti (2011), o imperador não deveria estar preocupado com a "escrita irregular e ortografia pobre" da amante ou com suas conjecturas sobre a queda dos Andradas; ele estava mais interessado em presenteá-la e fazê-la parecer elegante.

O fogo da paixão vai diminuindo ao longo do tempo até culminar na separação. Alguns padrões utilizados pelo monarca nas missivas como o uso do vocativo ("Titília", "Meu Amor", "Meu Bem", "Querida Filha", "Filha", "Querida Marquesa"), na assinatura ("Demonão", "Fogo Foguinho", "Imperador", "O Imperador" e "Pedro") e despedida ("Fiel", "Amigo", "Amante", "Desvelado etc") definem o grau de envolvimento com a amante.

Também foi por meio de uma carta que D. Pedro rompeu com Domitila, em 1829. Ele precisava se mostrar um homem sério para se casar com Amélia de Beauharnais, duquesa de Leuchtenberg, Áustria, e renovar a aliança familiar com os Habsburgo, uma das dinastias mais importantes da Europa. Do século 15 ao século 20, eles governaram a Áustria, tiveram o poder sobre a Hungria e Boêmia (1526-1918) e também sobre a Espanha, por quase dois séculos (1504-1700).

Em 27 de dezembro de 1827, como consta na obra de Rangel (1916) D. Pedro escreveu à marquesa:

“Eu te amo; mas mais amo a m^a reputação agora também estabelecida na Europa inteira pelo procedimento regular, e emendado q tenho tido. Só o q posso te dizer he – Que minhas circunstancias politicas actualmente estão ainda mais delicadas do q já forão – Tu não hades querer a minha ruina nem a ruina de teu, e meu Paiz e assim visto isto além das mais razoens me faz novamente protestar te o meu amor; mas ao mesmo tempo dizerte q não posso lá hir”.
(RANGEL, 1916, p.206)

A despedida definitiva viria dois anos depois, em uma carta datada do dia 1º de junho de 1829, em que o imperador manda um abraço, um “beijo para minha coisa” e assina: “Teu filho, amigo e amante até a morte, Pedro”.

2. 3 Apresentação das cartas

As cartas escritas por D. Pedro I foram analisadas e publicadas, em diferentes períodos, pelos autores Rangel (1916) e Rezzutti (2011).

No seu primeiro livro sobre os amantes, editado em Paris, Rangel (1916) informava haver perdido o paradeiro de 94 cartas que uma brasileira vendera na França em 1908, e sabia que o comerciante que as comprou havia repassado as cartas a um antiquário alemão.

A primeira edição do livro de Rangel é de 1916, quando o autor estava na capital francesa em plena Primeira Guerra Mundial. Sem conseguir contato com o antiquário germânico, perdeu os vestígios. O próprio autor fez um pedido em sua obra, para quem encontrasse as cartas:

“Mas outras missivas de mesma origem e destino, das quais 94 caíram do balcão de Chadenat, em Paris, nas unhas de um livreiro alemão, dorme felizmente ainda escapas do cautério panfletário que chamuscou as outras. Vindas a lume com mesmo rigor de cópia do gramático e romancista que se deu ao trabalho e paciência, faça-se-lhes a caridade de não consertar a sintaxe, nem emendar a ortografia e nem cortar os destemperos do assunto ou da linguagem. Nada de emendas ou de ortopedismos, e principalmente nenhuma supressão. De certos animais tudo se aproveita. Não são mais úteis os miolos ou sangue da rés que

os ossos ou o fel. Nos segredos da alma que não se resguardou estão as chaves de sua decifração. Decifrar é compreender.”
(RANGEL, Alberto. Dom Pedro I e a Marquesa de Santos, p. 50)

Recentemente, Rezzutti (2011) encontrou no segundo semestre de 2010, as noventa e quatro cartas do Imperador à Domitila escritas entre 1823 e 1827, no museu norte-americano Hispanic Society of America. A maioria das epístolas não foi datada, mas o profundo conhecimento do historiador permitiu identificar quando estas foram escritas.

Para inserir as cartas não datadas em espaços de tempos delimitados, o autor analisou critérios como vocativos e assinaturas. Quanto à transcrição das cartas, as grafias das palavras foram atualizadas e a pontuação foi alterada para o melhor entendimento do texto. A forma das cartas não foi alterada, manteve-se a paragrafação e o uso dos vocábulos da época.

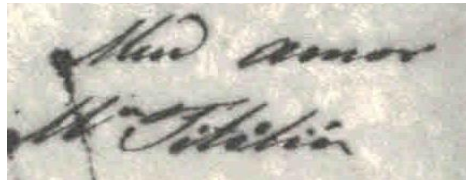
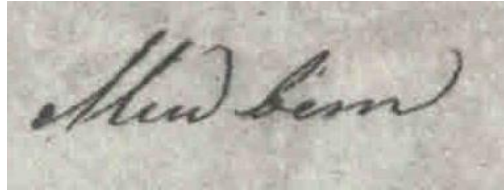
Cada carta escrita pelo Imperador foi analisada por Rangel (1916) e Rezzutti (2011). Paralelamente, os fatos históricos daquele período foram traçados de acordo com o conteúdo das missivas, seja de uma situação familiar, seja da situação política luso-brasileira passada ou daquele momento quando a independência transita como o novo processo de poder político, mas que ainda é motivo de dúvida entre os brasileiros e a Corte. Além disso, nota-se o perfil, do primeiro Imperador do Brasil, isento de seus títulos e coroa, convivendo num cotidiano mundano no qual se expressa enquanto marido, amante e pai carinhoso.

Nas cartas de D. Pedro, quanto à datação, diferentemente das cartas analisadas por Rangel (1916), das 94 que Rezzutti descobriu na Hispanic Society, apenas 23 eram datadas. O historiador, em vez de apresentar as missivas organizadas por temas, criou uma linha sentimental que mais se aproximasse da cronológica.

As formas como d. Pedro chama sua amante e como ele assina, somadas a fatos históricos e situações familiares conhecidas mencionadas nas cartas, permitiram, na maioria das vezes, identificar o ano e até a quinzena do mês em que foram escritas.

(REZZUTTI, Paulo. Titília e o Demonão, p.51)

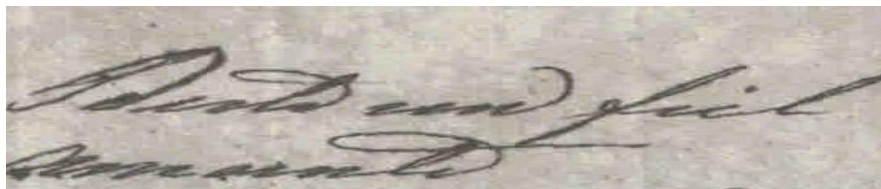
A carta possui saudação inicial com o uso do pronome possessivo “meu”, como forma de qualificar o vocativo a quem a carta se destina, nestes casos, estabelecendo uma relação íntima entre os interlocutores.



O núcleo é constituído do assunto a ser abordado na missiva e o remetente versa o conteúdo da maneira que lhe for conveniente. Nas cartas, os assuntos tratados são de cunho sentimental, em torno do sentimento que o Imperador sente por sua amante e que o casal de noivos sente um pelo outro, já que são cartas de amor. Contudo, nessa seção, há sempre referências sobre as cartas anteriormente enviadas, bem como as atividades que têm realizado, o que possibilita acompanhar o diálogo entre remetente e destinatário.

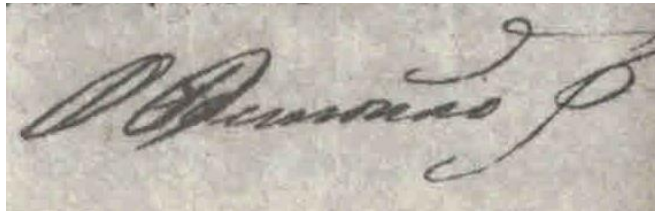
Ao final de cada carta os remetentes despedem-se. As cartas amorosas por terem um teor mais intimista, geralmente possuem uma saudação final que denota essa proximidade entre os interlocutores. D. Pedro encerra as missivas de forma intensa e faz uso, também, do pronome possessivo mostrando um elevado grau de envolvimento com a amante.

Deste seu fiel amante. (D. Pedro, 1824)



Finalmente, há a assinatura do remetente. O Imperador do Brasil assina as missivas, de acordo com o estágio da paixão, durante os anos que se envolveu com Domitila, conforme a seguir:

De 1822 a 1825: “ O Demonão”, “Fogo fogueiro (1823), “Imperador” (pontuado ao longo do período, surge com maior frequência em 1825).



De 1823 a 1828: “ Imperador” ou “O Imperador”, variando a despedida de “seu amigo”, “seu amante”, ao mais formal em 1827 e 1828, “seu amo e senhor”.

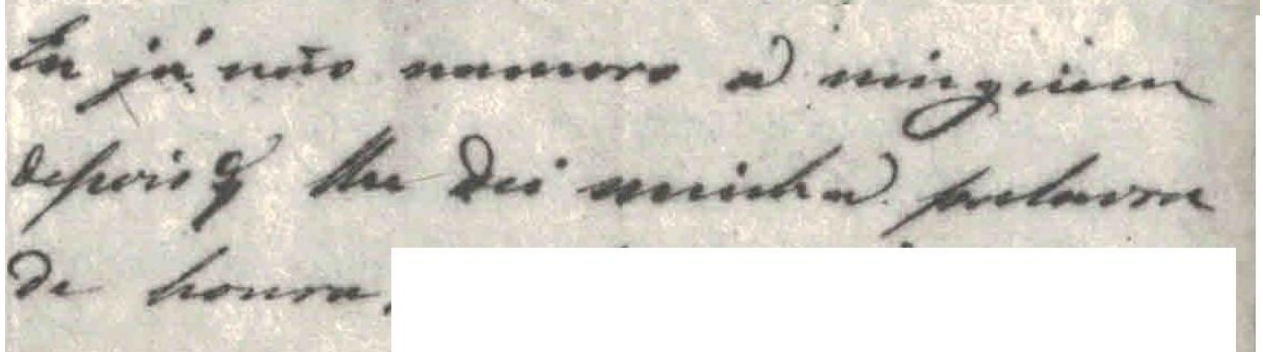
Em meados de 1828 e em 1829, ele assina apenas como “Pedro”, do mesmo modo como assinaria a abdicação, em 1831.

As cartas selecionadas como *corpus* da nossa pesquisa, serão apresentadas a seguir. Elas contêm os aspectos que procuraremos analisar, além do perfil de D. Pedro I, um homem infiel, porém carinhoso com a amante e preocupado com seus filhos.

O assunto da carta 1 datada em 1824, apresenta o paternal Imperador do Brasil querendo informações sobre Belinha, Isabel Maria de Alcântara Brasileira, filha de D. Pedro e Domitila, nascida em 23 de maio de 1824. A menina foi reconhecida pelo Imperador em maio de 1826, ao receber o título de duquesa de Goiás. Além da preocupação com Belinha, o “Demonão” interessa-se pela saúde da amante, que vem constantemente queixando-se de dores de cabeça, conforme citado em cartas anteriores.

D. Pedro, no final da missiva, faz confidências sobre sua intimidade com a esposa D. Leopoldina e insinua-se sexualmente para “Titília”.

D. Pedro I, na segunda carta analisada, explica-se à Domitila “Eu já não namoro a ninguém depois que lhe dei minha palavra de honra”.



Hoje, de acordo com Rezzutti (2011), é irrefutável o amor que o Imperador nutria por Domitila, porém isso não garantiu sua fidelidade a ela. Ao longo do relacionamento de sete anos, sendo que quatro ele passou casado com D. Leopoldina, diversas aventuras amorosas despertaram os ciúmes de “Titília”.

A vida da Marquesa de Santos não era somente vestidos novos, joias, mimos e filhos. Ela passou por um árduo infortúnio quando descobriu um rápido entrevero amoroso entre sua irmã Maria Benedita e D. Pedro, que gerou um filho: Rodrigo Delfim Pereira.

Ao contrário da Imperatriz Leopoldina, “Titília” era ciente das traições do Imperador, capaz de atormentá-lo e promover cenas de ciúmes, levando o Monarca a escrever-lhe, atestando seu bom comportamento.

No capítulo seguinte, faremos a análise das cartas: um breve panorama do contexto histórico do século XIX, apontando acontecimentos que influenciaram no comportamento de D. Pedro I, como a vinda da Família Real para o Brasil, a Independência e sua abdicação do trono; as marcas linguísticas daquele período, versando a gramática filosófica de Jerônimo Soares Barbosa.

CAPÍTULO III - ANÁLISE DAS CARTAS SELECIONADAS

3.1 O contexto do século XIX

Um dos princípios propostos por Koerner (1996) para a epistemologia da Historiografia Linguística é a Contextualização.

O objetivo é recriar o contexto histórico e sócio-político da primeira metade do século XIX, destacando nosso documento de pesquisa.

Na primeira metade do século XIX, vários países iniciaram um movimento histórico-cultural que refletiu na Arte, na Filosofia e nas Ciências. Estes movimentos eclodiram, apesar da lentidão da comunicação. Inversamente à lentidão e à inexistência de máquinas velozes, tivemos grandes mudanças, incluindo no Brasil.

O homem do século XIX, no geral, pretendia mudar o mundo e questionava a realidade com uma postura reformadora. Em função da busca por mudanças dessas incertezas e indagações, num certo sentido, tornava-se incongruente e desestabilizado emocionalmente. Tais características que oscilavam entre alegria e tristeza nos permite resumir os modos de um romântico.

Na Europa, a burguesia alcança o poder na França, devido às mudanças sociais e políticas. Quase ao mesmo tempo, iniciou-se na Inglaterra, a Revolução Industrial.

O Brasil não ficou imune às transformações, apesar de aqui o processo ser mais lento. A sociedade modificou-se e o clero e a aristocracia passaram a influenciar menos o povo.

Schwarcz (1988), afirma que haveria um colóquio entre o povo do nosso país, a monarquia e a natureza, ou seja, um diálogo entre elementos da cultura local e a tradição como forma de manifestação nacionalista.

Algumas datas devem ser lembradas, pelo fato de influenciarem a mentalidade do brasileiro, além de toda importância histórica inserida.

Em 29 de novembro de 1807. D. João VI, sai às pressas de Portugal, rumo ao Brasil.

A viagem durou quase dois meses e a Coroa Portuguesa mudou-se para o Brasil, fugindo da perseguição dos franceses comandados por Napoleão Bonaparte. A família aportou em Salvador, no dia 22 de janeiro de 1808. Após cinco semanas, partiram para o Rio de Janeiro. Este fato trouxe modificações para a língua falada no Brasil e uma série de benefícios à Colônia.

Outros fatos decorrentes da chegada da Monarquia serviram como base da futura nação brasileira: elevação do Brasil a Reino Unido ao lado de Portugal e Algarves; reforma e remodelação do Rio de Janeiro; abertura do primeiro teatro brasileiro para o entretenimento da corte e a criação da Academia de Belas Artes do Rio de Janeiro. O fator econômico levou a necessidade da abertura dos portos para efetuar transações comerciais com outros países. Este fato propulsor fez renascer de forma veemente a noção de independência e liberdade.

Com a família Real no Brasil, Portugal não estava contente com a ausência do Rei. Dessa forma, em 21 de abril de 1821, D. João VI retorna a Portugal e, como príncipe regente, deixa seu filho D. Pedro. Nesse ano, passou a existir a liberdade de imprensa e a despontar vários movimentos revolucionários. O Diário do RJ, primeiro jornal informativo brasileiro foi fundado.

Em 7 de setembro de 1822, ocorreu a proclamação da Independência do Brasil, que ocasionou a emancipação política do país e novas reflexões sobre a Língua Nacional.

A primeira Constituição brasileira foi outorgada em 1824 por decreto Imperial.

Os centros urbanos modificaram-se devido aos costumes da sociedade. As pessoas passaram a sair mais de casa para fazer refeições, comprar em ruas de

comércio, promover passeios sociais, como frequentar bailes, festas e reuniões – hábitos importados dos franceses e ingleses.

Quanto à educação, a maior preocupação do período imperial concentrava-se na formação da elite dirigente do país, já demonstrada durante o governo de D. João VI, quando este, em 1808, transferiu a sede do governo lusitano para a sua colônia. A ocupação francesa em Portugal e em grande parte da Europa impediu o fluxo de estudantes brasileiros interessados em ingressar nas universidades europeias e D. João teve de tomar medidas visando proporcionar uma educação que atendesse aos interesses da elite. Conforme aponta Hollanda (1994), várias instituições foram criadas naquela época.

E não haveria grande exagero em dizer-se que, os estabelecimentos de ensino superior sobretudo os cursos jurídicos, fundados desde 1827 em São Paulo e Olinda, contribuíram largamente para a formação de homens públicos capazes (...) (Buarque de Hollanda 1995, p.144)

Na Carta Constitucional de 1824, outorgada por D. Pedro I, a questão do ensino foi tratada apenas no art. 179, parágrafos XXXII - A instrução primária é gratuita a todos os cidadãos e XXXIII - A constituição garante colégios e universidades, onde serão ensinados os elementos das ciências, belas letras e artes. Porém, nela não estavam incluídas as medidas para a criação das escolas.

Nieskier (1996, p. 101-102) afirma que estas medidas só aparecem em forma de lei em 1827, estabelecendo a fundação “de escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares populares do Império”. No ano de 1827, também foram criadas as primeiras faculdades de Direito, em São Paulo e Olinda, posteriormente transferida para Recife. Elas foram fundamentais para garantir a manutenção do Estado Imperial, pois formariam homens necessários para ocupar postos do comando no país.

Todos os que quisessem obter educação superior até esse momento, teriam de buscá-la na corte sua formação baseada nos modelos clássicos.

Em síntese, por parte do governo imperial brasileiro, não houve a implementação de qualquer política educacional – criando escolas primárias ou profissionais.

D. Pedro I, em 1831, devido às dificuldades econômicas do país, impopularidade e necessidade de assumir o trono português, abdicou e deixou seu filho D. Pedro II, de cinco anos de idade, em seu lugar.

Após o uma apresentação clima de opinião da época em que as cartas estão inseridas, examinamos suas características enquanto gênero textual e analisamos sua gramática no que tange às questões ortográficas.

3.2 Concepções sobre Ortografia

Ortografia deriva das palavras gregas *ortho* (ορθο no alfabeto grego) que significa "correto" e *graphos* (γραφος) que significa "escrita". A ortografia é a parte da gramática normativa que ensina a escrever corretamente as palavras de uma língua definindo, nomeadamente, o conjunto de símbolos (letras e sinais diacríticos).

Segundo Cagliari (1999), um sistema ortográfico, antes de ser implementado, passa por muitas divergências que abrangem a pronúncia e a maneira de grafar as palavras. Devido a essas divergências, o início do registro de uma escrita costuma ser confuso, pois se caracteriza pela grande quantidade de experimentos.

Até o final do século XVI, no que diz respeito à ortografia da língua portuguesa, a grafia das palavras era uma reprodução dos sons ouvidos na fala, ou seja, foi uma ortografia fonética. O período que se sucedeu, de 1572 até 1911, é conhecido como pseudoetimológico, um período de valorização da cultura clássica e, com ela, a escrita portuguesa assume as características do latim.

A finalidade era estabelecer uma escrita etimológica, contudo nem todos possuíam um bom conhecimento da história da língua, então a escrita ia se distanciando do português falado.

A escrita rebuscada e arbitrária, com o tempo, começou a gerar incômodo. Em consequência disso, várias tentativas de simplificar e normatizar a grafia portuguesa, surgiram. No início do século XX, Portugal realizou sua primeira reforma ortográfica. Como exemplo, nesse período, se fixou a grafia da palavra *homem*, do latim *hominem*.

Recentemente, tivemos a efetivação do Novo Acordo Ortográfico no Brasil, que visa simplificar as regras ortográficas da Língua Portuguesa e aumentar o prestígio social da língua no cenário internacional.

3.2.1 Grammatica Philosophica de Jerônimo Soares Barbosa

Jerônimo Soares Barbosa (1822), autor da *Grammatica philosophica da lingua portugueza*, foi um dos gramáticos mais interessantes do iluminismo português. Sua obra procura explicar a língua como uma projeção da estrutura do modo de pensar. Portanto, trata-se de uma gramática explicativa, o que não descaracteriza seu altíssimo valor descritivo.

Os gramáticos nesse período possuem muita preocupação com o modo de falar e utilizam os nobres como modelo, que são aqueles que devem ser seguidos. Barbosa (1822) considera a corte como exemplo, pois embora a linguagem da nobreza não fosse a do povo, era das pessoas instruídas e civilizadas. Tal pensamento retrata o período de domínio dos povos, no qual a classe que domina possui a intenção de assegurar e preservar sua língua e sua cultura.

Entre as diferentes pronúncias de que usa qualquer nação nas suas diferentes províncias, não se póde negar que a da corte e território em que a mesma se acha, seja preferível ás mais, a que lhes deva servir de regra. (BARBOSA, 1822, p.34)

Sua gramática é dividida em quatro partes: duas ocupam-se do aspecto mecânico da língua: a *Orthographia* e a *Orhoepia*. As outras duas tratam da parte lógica da língua: a *Etymologia* (isto é, Morfologia) e a *Syntaxe*.

A Ortoépia compreende o conhecimento dos sons fundamentais na língua. Na Ortografia incluem-se os signos gráficos que representam os sons da língua e um estudo dos diferentes sistemas ortográficos existentes. A Etimologia tem por objetivo verificar a natureza das palavras e descobrir sua função e classe, dividindo-as em elementos da oração. A Sintaxe é a coordenação entre as palavras para compor uma oração. É dividida em duas partes: a concordância e a regência.

Analisaremos a parte da gramática que se ocupa da Orthographia ou Boa Escripura da Lingua Portugueza que, segundo o autor, “he a Arte de escrever certo” (BARBOSA, 1822).

O autor cita em sua obra os tipos de ortografia: *Orthographia da Pronunção* que não emprega os fonemas “ociosos” e “sem valor”; *Etymologica* ou de *Dirivação*, que se referem à origem das palavras. Paralelamente às ortografias citadas, caminha a *Usual*, que pontua o uso presente e dominante.

Barbosa (1822) comenta que a *Orthographia da Pronunção*, que tem por função distinguir sons, é de uso presente da nação, contudo não é bem aceita dentre os literatos. As ortografias Etimológica e Usual estão fora do alcance do “Povo illitterato”.

O capítulo sobre ortografia apresenta a regra inicial que é de uso comum a todas as ortografias citadas anteriormente.

Todos que convem que, para escrever as palavras, que são próprias e nativas da Lingua Portugueza, não se deve usar, não se deve usar de outros caracteres, se não dos que o uso da Nação adoptou para isso. (BARBOSA, 1822, p.58)

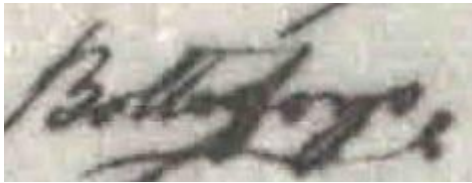
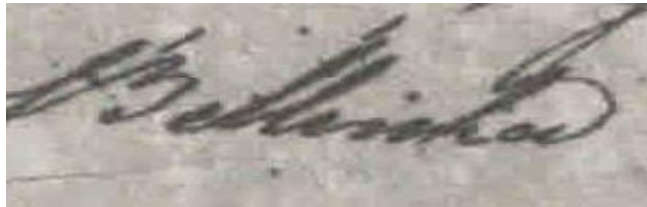
São doze as regras do “bem” escrever e citaremos algumas a seguir: nenhuma vogal ou consoante deve ser dobrada no início ou no fim das palavras; utilizar as letras maiúsculas no início das palavras, nunca no meio delas; as vogais se diferenciam pelo uso dos acentos, como exemplos *para*, verbo e *para* preposição; sobre os ditongos nasais, as escritas são várias e irregulares, mas segundo a regra, devem portar o til, no singular, no plural e nos verbos; não há a necessidade de se acrescentar às palavras portuguesas, letras que não lhe competem nem por pronunção e nem por etimologia;

para distinguir o uso das vogais “i” ou “e”, “o” ou “u”, requer distinção da pronúncia surda ou ambígua.

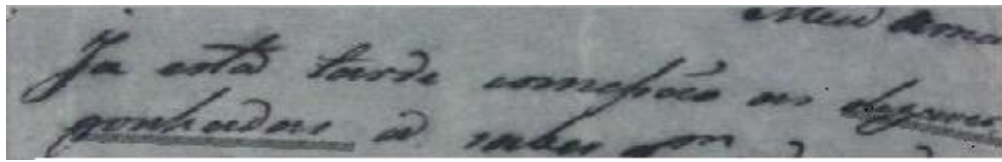
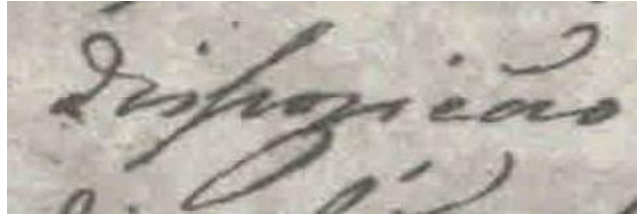
3.2.2 Análise da Orthographia ou Boa Escriptura da Lingua Portugueza

Analisaremos alguns aspectos da Ortografia Usual e de Etimologia, pois segundo o gramático, a Ortografia da Pronunção abrange o povo e estamos tratando da ortografia do Imperador do Brasil.

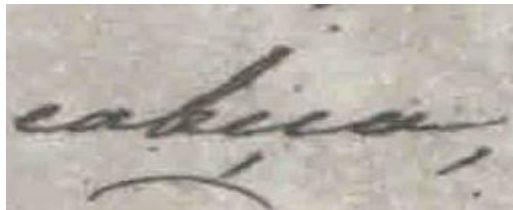
Conforme as regras descritas anteriormente, não se deve dobrar consoantes ou vogais no início ou final das palavras. As dobras de letras encontradas nas cartas aparecem apenas no meio da palavra como em Bellinha e Bottafogo.



O uso da letra Z não deve ser confundido com o Z latino, que, de acordo com Barbosa (1822) os Romanos, por não terem esta letra, grafavam o simples S entre as vogais. Os sons do S e Z ficam distintos e todas as vezes que ele for pronunciado deve ser escrito no lugar do SS e Ç como em *cazar*, *caza* e *prezo*. Nas cartas temos exemplos como desejo, dispozição e dezavergonhados.



Quanto ao uso do S, SS ou Ç, a regra é mais geral, podendo haver exceções. Sempre que o S estiver entre vogais e for pronunciado como Z, emprega-se apenas um S. Caso o S se pronunciar entre as vogais, não tendo a palavra latina TI ou C na penúltima sílaba, usa-se o S dobrado, ou seja, SS, do contrário, emprega-se Ç. Como exemplo cabeça.



A respeito das consoantes chiantes, branda e forte X, e CH, como são pronunciadas do mesmo modo, não se pode saber pela pronúncia qual delas é a correta na grafia da palavra. O gramático afirma os que melhor falam a Língua Portuguesa distinguem a pronúncia destas duas consoantes e cita exemplos de palavras grafadas com X e CH em sua obra e faz observações quanto ao uso do X: usa-se após as vogais nasais como em *enxaquequa* e *enxofre* e após os ditongos como em *ameixa* e *paixão*.

Todas as demais palavras em que se ouvir o som do X, no início, no meio ou no fim e se pronunciarem com o som de CH se escrevem como *chiar*, *chorar* e *fechar*. O Imperador, na segunda carta apresentada, equivoca-se quanto ao uso do X e CH e

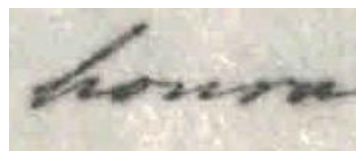
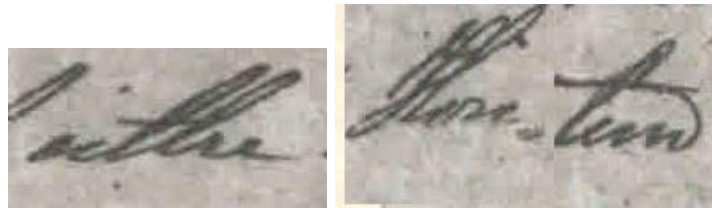
grafia incorretamente o verbo fechar: “Mandei por uma fechadura na porta das tribunas para se fexar a porta q não será aberta”.



A letra H só possui valor entre as interjeições, contudo deve-se conservá-lo na grafia das palavras derivadas do Latim, para mostrar sua etimologia. Na gramática de Barbosa (1822) temos os exemplos: *homem, haver, humor*.

Não havendo H nas palavras latinas *Unus, Est, Cadere, Salire, Ibi* e sendo puramente portuguesas, não há razão para grafá-las de maneira incorreta: *sahir, ahi, bahia*.

D. Pedro I não considera estas regras ortográficas e grafa: athe, Hontem. Contudo, grafa corretamente a palavra honra, do latim honos, ou seja, manteve a letra H, respeitando a regra acerca da etimologia.



A seguir, faremos uma breve comparação das questões ortográficas analisadas nas cartas com o uso considerado correto nos dias atuais.

3.3 Análise comparativa da ortografia no século XIX e nos dias atuais

Sabemos que a língua é comum a todos, com signos e regras combinatórias, apesar de ser sistemática. No entanto, ela só existe no processo de interação e na prática social. Segundo, Bakhtin (2003) a língua constitui-se como “um processo da evolução ininterrupto, constituído pelo fenômeno social da interação verbal, realizada através da enunciação.

Algumas ocorrências impressas nas Cartas nos mostram o processo de transformação sofrido pelo idioma português falado no Brasil. A língua é dinâmica, ou seja, muda em função de seus falantes e do tempo e, sendo um fato social, manifesta nossa cultura nas manifestações linguísticas. O fato de escrever bem, no início do século XIX, era relacionado aos nobres.

No decorrer da história, as palavras sofreram alterações, no que diz respeito à ortografia e através do estudo das cartas podemos confirmar algumas mudanças, comparando-se com a ortografia atual.

Palavras com consoantes dobradas são vestígios da passagem do latim vulgar para o galego – português e, como analisado anteriormente, é uma das regras descritas por Barbosa (1822), porém esta regra não vigora mais.

As palavras *dezavergonhados* e *dezejo*, apesar de possuírem o som de /z/, são grafadas com S. Em *dezavergonhados*, a palavra é acompanhada pelo sufixo de negação de origem latina DES - ; *desejo*, do verbo *desejar*, vem do Latim DESIDERARE, “fixar atentamente as estrelas”, formada por DE- , mais SIDERARE, de SIDUS, “astro, estrela”. Tais palavras, portanto, seguem sua etimologia latina.

Sobre *fexar* e *fexadura* são grafadas com CH. Outro exemplo, algumas palavras finalizadas em – am, antigamente eram grafadas com –ão, como no verbo *começão*, escreve-se *começam*.

Regras acerca do uso da letra H mantêm-se até hoje: acompanha as vogais por uma questão de origem e não é utilizada no meio das palavras. Assim sendo, podemos encontrar resquícios de uma gramática pertinente à época.

Considerando que a língua é um processo de evolução ininterrupto, chegamos a um dos fatores que colabora para a mudança da ortografia nos dias atuais: a Internet.

A Internet tornou-se uma extensão da vida social das pessoas. O seu mecanismo de funcionamento favorece uma condição igualitária entre as pessoas (que têm acesso ao mundo virtual), pois, em tese, por trás dos computadores encontram-se usuários de todas as classes sociais, de diferentes etnias e de diferentes graus de escolaridade. Todos se unem através de uma linguagem única.

Cada situação comunicativa requer um tipo de escrita. Devido ao uso exacerbado da internet e toda a dinamicidade que esse meio de comunicação de massa proporciona, surgiram algumas confusões sobre a ortografia da língua portuguesa.

O “internetês”, nome atribuído à linguagem utilizada na internet, no século XXI, torna-se a alternativa simplificada da língua. Como o meio de comunicação em questão requer rapidez e agilidade, a grafia de muitas palavras ficou comprometida. Palavras são abreviadas e substituídas por letras que resultam no mesmo efeito fônico. O problema é gerado quando esse tipo de escrita transfere-se para um contexto mais formal.

A criação de um texto oral é diferente da criação de um texto escrito. Contudo, a ortografia é a convenção estabelecida para a concretização da escrita. Na Internet, a ortografia caracteriza-se pela simplificação, sem uso das letras maiúsculas, muitas letras deixam de ser grafadas, a pontuação é mínima possível, entre outras.

Assim, a Internet criou um novo gênero de comunicação marcado por um estilo que juntou informalidade e oralidade e transformou a grafia das palavras. Porém, a mudança ortográfica na Internet também possui regras: você < vc, também < tbm, cadê < kd, não < naum, beijo < bj.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente trabalho, envolvendo as cartas que D. Pedro I enviou à amante Domitila de Castro, no início do século XIX, apresentamos alguns aspectos pertinentes ao gênero carta e, a partir da concepção de Historiografia Linguística, entendemos que as cartas, de fato, trazem em seus textos, as marcas linguísticas e culturais de seu tempo.

Para isto, realizamos um estudo sobre o gênero textual carta desde a antiguidade até a atualidade e verificamos que esse desenvolvimento ocorreu simultaneamente aos progressos realizados pela humanidade.

As cartas utilizadas nesse estudo, como já mencionado, foram escritas entre 1823 e 1827. No entanto, as cartas de amor perderam a vez na nossa sociedade atual. Outros meios de comunicação, como a internet, atualmente, servem de ferramenta para a troca de declarações de amor, em meio a um perfil de interlocutores que não exprime mais sua marca pessoal no papel: um manuscrito que contenha seus sentimentos acerca do outro. A grafia e o carteiro foram substituídos por fontes *Arial* e redes *WI-FI*.

Valendo-se do panorama histórico do século XIX, percebemos que D. Pedro I, nosso Imperador, esteve envolvido em importantes decisões políticas e na marcante Independência do Brasil. No início de seu governo foi aclamado pelo povo, mas ao passar do tempo perdeu sua credibilidade como imperador e teve de abdicar. Envolveu-se, também, em relacionamentos extraconjugais, que geraram especulações. O romance mais famoso foi com Domitila de Castro, com a qual trocou as missivas que possuem grande valor histórico, analisadas nessa pesquisa.

Tomando-se por base a *Grammatica philosophica da língua portugueza*, do autor Jerônimo Soares Barbosa, analisamos os aspectos ortográficos nas cartas do “Demonão” à “Titília”. Percebemos que, apesar do gramático atribuir à corte o modelo a ser seguido, o monarca comete erros de ortografia, fazendo mau uso das regras ortográficas descritas na obra de Barbosa (1822).

Por fim, comparamos a ortografia do século XIX com a atual, especificamente como esta é utilizada na internet, e averiguamos que apesar de distintas, ambas possuem regras. A língua é dinâmica e a ortografia se adaptou aos seus usuários contemporâneos e dinâmicos, que a utilizam de maneira menos rígida.

Deste modo, concluímos que nosso objetivo foi alcançado, pois constatamos que as cartas analisadas estão intrinsicamente ligadas às manifestações linguísticas daquela fase, apesar de D. Pedro I não seguir, rigorosamente, todas as regras ortográficas especificadas pela gramática vigente do período.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Tradução de Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 2ª edição, 1997.
- BARBOSA, Jêronymo Soares. **Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza**. Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1822.
- BASTOS, Neusa Barbosa e PALMA, Dieli Vesaro (org.) **História Entrelaçada: A construção de gramáticas e o ensino de língua portuguesa do século XVI ao XIX**. Rio de Janeiro: Lucerna – IP – PUC/SP, 2004.
- BASTOS, Neusa Barbosa (org.) **Língua Portuguesa: Histórias, Perspectivas, Ensino**. São Paulo: EDUC, 1998.
- BATISTA, Ronaldo de Oliveira. **Introdução à Historiografia da Linguística**. São Paulo: Cortez, 2013
- BAZERMAN, Charles. **Gêneros textuais, tipificação e interação**. (org. por DIONISIO, A. e HOFFNAGEL J.C.) São Paulo: Cortez, 2004.
- CAGLIARI, Luiz Carlos. **A ortografia na escola e na vida**. In: MASSINI- CAGLIARI, E.; CAGLIARI, L. C. *Diante das letras, a escrita na alfabetização*. Campina: Mercado das Letras/Associação de Leitura do Brasil, 1999.
- DICIONÁRIO ETIMOLÓGICO. Disponível em: <<http://origemdapalavra.com.br/>>. Acesso em: 26/03/2015.
- HOLLANDA, Sérgio Buarque de. **O Brasil Monárquico: declínio e queda do império**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997)
- ILARI, Rodolfo; BASSO, Renato. **O Português da gente: a língua que estudamos a língua que falamos**. São Paulo: Contexto, 2006.
- KOERNER, Konrad. **O problema da metalinguagem em Historiografia da Linguística**. Trad. Maria Cristina F. S. Altman, 1995

KOERNER, Konrad. **Questões que persistem em historiografia linguística.** *Revista da ANPOLL*, nº 2, p. 45, 1996.

MARCUSCHI, Luiz Antonio. **Gêneros textuais: definição e funcionalidade.** In: DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A.R.; BEZERRA, M.A. (orgs.) *Gêneros textuais & Ensino.* Rio de Janeiro: Lucerna, 2005

MERCATELLI, Rose. **Os amores e desafetos de D. Pedro I e da Marquesa de Santos.** Disponível em: <<http://leiturasdahistoria.uol.com.br/ESLH/Edicoes/48/artigo250121-2.asp>> Acesso em: Fevereiro de 2015

NASCIMENTO, Jarbas Vargas. **A historiografia linguística: rumos possíveis.** São Paulo: Pulsar/Terras do Sonhar, 2005.

NISKIER, Arnaldo. **Educação Brasileira – 500 anos de História – 1500-2000.** São Paulo, Edições Consultor: 1996

RANGEL, Alberto. **D. Pedro I e a Marquesa de Santos: à vista de cartas íntimas e de outros documentos públicos e particulares.** Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1916.

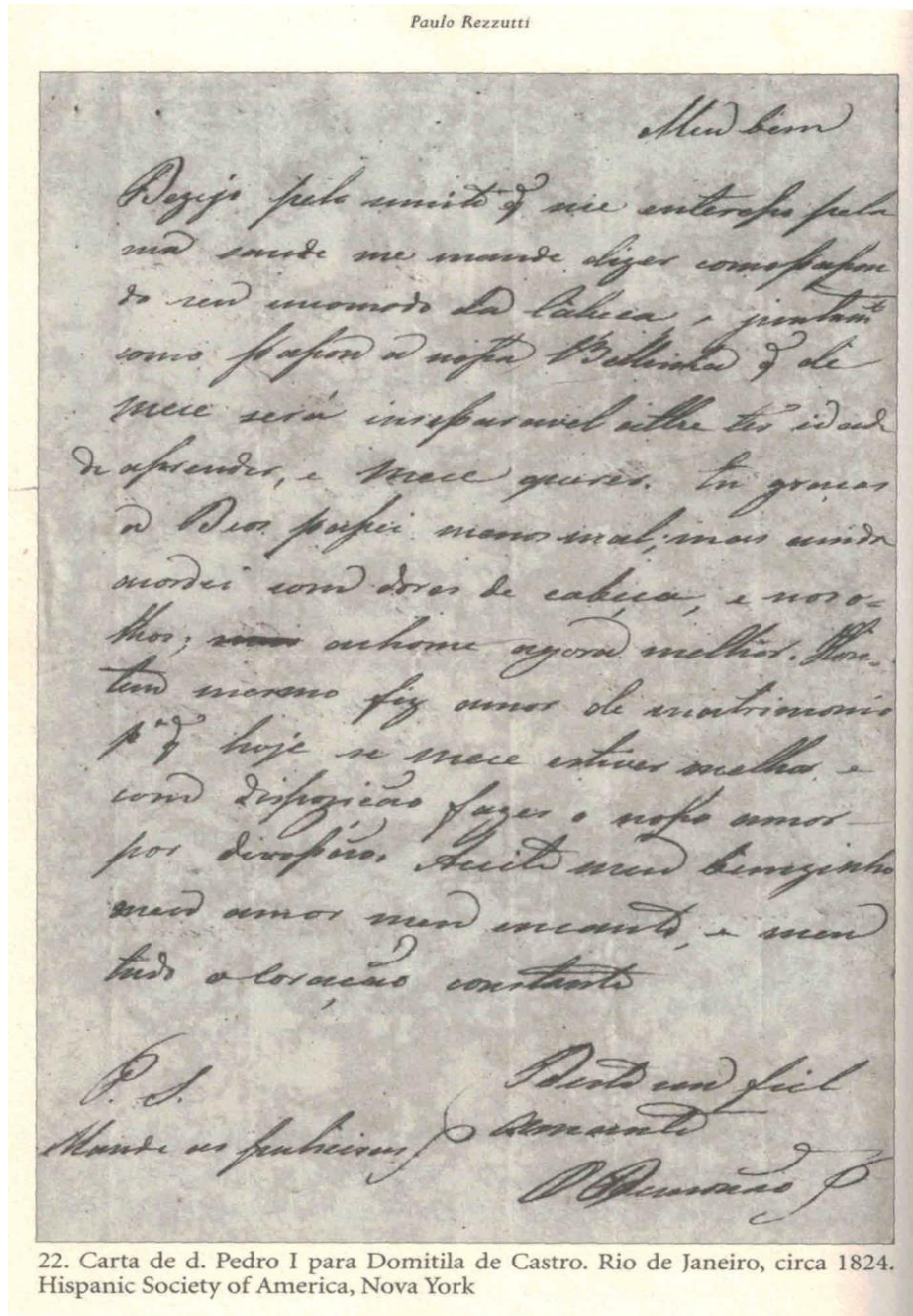
REZZUTTI, Paulo. **Titília e Demonão: cartas inéditas de Dom Pedro I à Marquesa de Santos.** São Paulo: Geração Editorial, 2012.

SCHWARCZ, Lília M. **As Barbas do Imperador,** São Paulo, Cia das Letras, 1998.

TEYSSIER, Paul. **História da Língua Portuguesa.** São Paulo: Martins Fontes, 2004

ANEXOS

1. Meu bem



22. Carta de d. Pedro I para Domitila de Castro. Rio de Janeiro, circa 1824. Hispanic Society of America, Nova York

2. Transcrição

Meu bem

Desejo pelo muito q me entereso

pela sua saúde me mande dizer como passou

5 do seu incomodo da cabeça, juntamen^t

como passou a nosa Bellinha q de

mece será inseparável athe ter idade

de aprender, e mece querer. Eu graças

a Deos pasei menos mal; mas ainda

10 acordei com dores de cabeça e nos o-

lhos; (rasurado) achome agora melhor. Hon-

tem mesmo fiz amor de matrimonio

p^a q hoje se mece estiver melhor e

com dispozição fazer o nosso amor

15 por divosão. Aceite meu bemzinho

meu amor meu encanto e meu

tudo o coração constante

Deste seu fiel

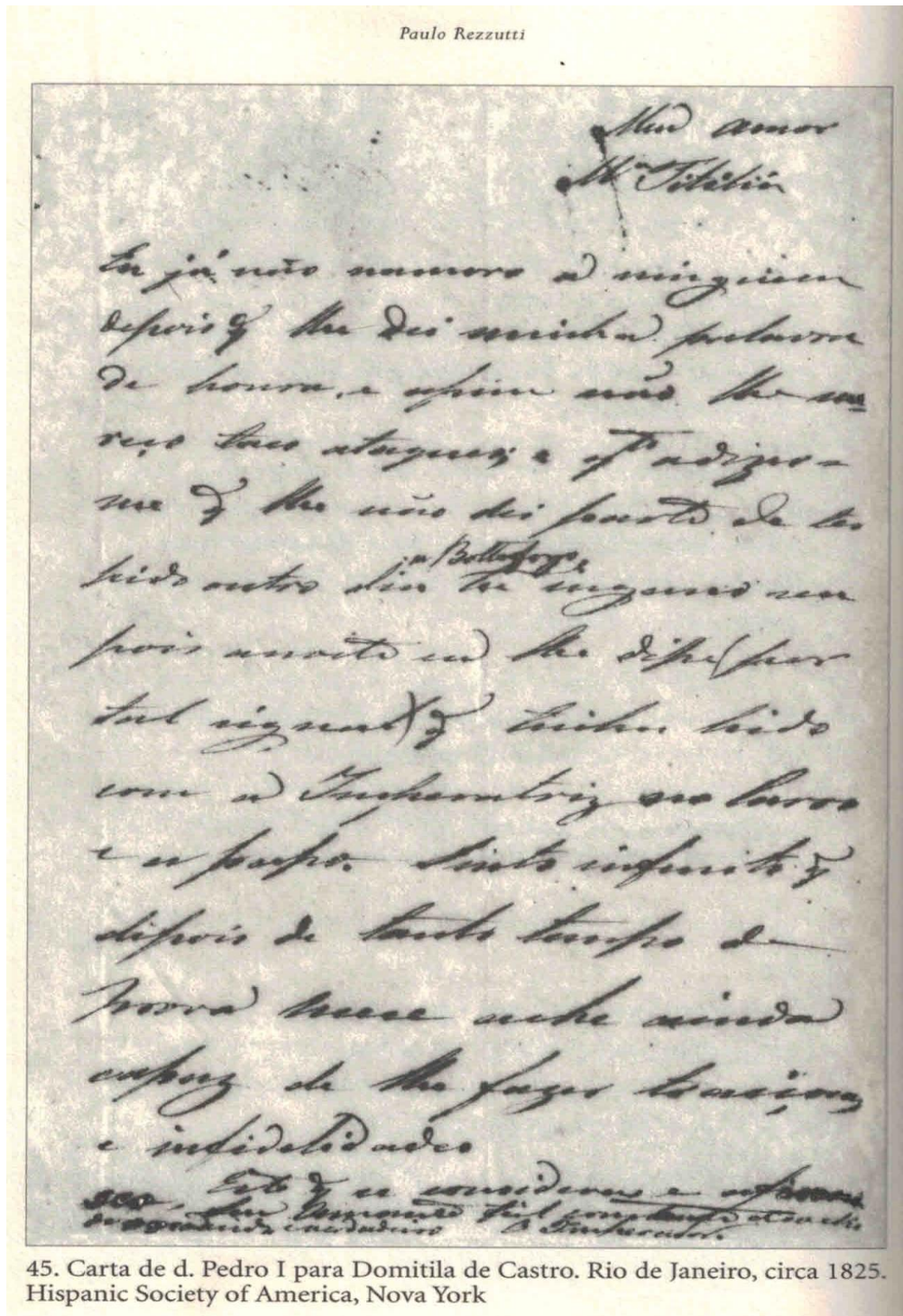
Amante

20 O Demonão

P.S.

Mande as pulseiras

3. Meu amor, minha Titília



45. Carta de d. Pedro I para Domitila de Castro. Rio de Janeiro, circa 1825.
 Hispanic Society of America, Nova York

4. Transcrição

Meu amor

M^a Titilia

Eu já não namoro a ninguém

- 5 depois q lhe dei minha palavra
de honra e assim não lhe mereço
teus ataques, e q^{to} a dizer-me
q lhe não dei parte de ter hido
outro dia (a Bottafogo) tu inganas se
10 pois anoite eu lhe dise (por
tal signal q tinha hido com a
Imperatriz no carro e a passo.
Sinto infinito q depois de tanto
tempo de
15 prova mece ache ainda capaz
de lhe fazer traições, e infidelidade.

Este q considera e afirma

ser seu amante fiel constante agradecido

- 20 (ilegível) e verdadeiro

O Imperador

5. Meu amor

Meu amor

Já está tarde comepois os dias
 ganhados a saber por eu sou,
 quem mece, e q' eu a colono.
 Mandei por humo faxada,
 ou na porta das tribunas
 q' re faxas a porta q' sua
 vera aberta venha quem
 vier em q' mece não vier, e
 apim ficas todas remota
 que. Meu dize heide tran
 tias os maridos de bonito
 modo, e eu he prometo
 q' mais nada ha de
 fazer nos amores
 Desta vez desollado,
 bastante fiel agradece
 e verdadeir. Amante
 O Imperator.

Dize q' he me q' mece, e q' eu a colono.
 Mandei por humo faxada, ou na porta das tribunas q' re faxas a porta q' sua vera aberta venha quem vier em q' mece não vier, e apim ficas todas remota que. Meu dize heide tran tias os maridos de bonito modo, e eu he prometo q' mais nada ha de fazer nos amores. Desta vez desollado, bastante fiel agradece e verdadeir. Amante O Imperator.

29. Carta de d. Pedro I para Domitila de Castro. Rio de Janeiro, circa 1825.
 Hispanic Society of America, Nova York

6. Transcrição

Meu amor

Ja esta tarde comesão os desaver-
 gonhados a saber q^m sou, e
 5 quem mece, e q^t eu a estimo .
 Mandei por humo fechado-
 ra na porta das tribunas q
 p^r se fexar a porta q não
 será aberta venha quem
 10 vier em q^{to} mece não vier, e
 assim ficão todos sem lo-
 gar. Alem disso heide trau-
 tiar os maridos de bonito
 modo, e eu lhe prometo
 15 q mais nada hão de
 fazer aos amores

Deste seu disvellado, constante fiel agradecido e verdadeiro
 amante

20 O Imperador

Anotação na lateral da carta

São 3 horas vou jantar. Mece venha p^r às 6 horas p^r se
 ponha bem em pratica o plano.